



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

056. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR PEB II – ARTE

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.

- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
- (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
- (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
- (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
- (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.

04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de

- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
- (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
- (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
- (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
- (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.

05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
- (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
- (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
- (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
- (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.

06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
- (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
- (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
- (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
- (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...

07. Observe o emprego das aspas nas passagens:

... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)

... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)

É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de

- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
- (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
- (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
- (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
- (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.

08. Considere as seguintes passagens:

... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)

... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)

... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
- (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
- (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
- (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
- (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

11. Alcântara (2022) entende que o período da pandemia foi também ocasião de reflexão sobre a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas escolas.

A autora afirma que, assim como historicamente já ocorreu com a lousa, os livros didáticos e materiais individuais de escrita, a introdução desses novos materiais e instrumentos tecnológicos na rotina escolar

- (A) tem o potencial de alterar a própria concepção de escola, assim como suas formas de organização e funcionamento.
- (B) representa barreira determinante à qualificação da educação pública, cada vez mais massificada e menos individual.
- (C) apenas acrescenta um recurso didático à prática pedagógica, sendo o material incapaz de provocar mudanças culturais na escola.
- (D) comprova haver nas escolas uma marcada oposição entre os proponentes de práticas inovadoras e os docentes, que se agarram a práticas tradicionais.
- (E) pode erradicar por completo a produção de desigualdades no interior da sala de aula, o que atesta para seu caráter revolucionário.

12. Tendo por referência a definição classificatória de Bonamino e Sousa (2012) para as avaliações da educação em larga escala, as avaliações de terceira geração são aquelas que

- (A) evitam tanto quanto possível provocar consequências diretas sobre escolas e currículos.
- (B) concentram seus instrumentos em questões discursivas, substituindo os itens objetivos das gerações anteriores.
- (C) utilizam critérios ligados ao ensino, e não à aprendizagem, para analisar a qualidade da escola.
- (D) são aplicadas exclusivamente em meio digital, agilizando o processo de coleta e análise.
- (E) integram políticas de responsabilização forte, com mecanismos de sanções ou recompensas em função dos resultados.

13. De acordo com Hernández e Ventura (2017), a definição do tema é o ponto de partida na organização do projeto de trabalho.

Assinale a alternativa que expressa corretamente a perspectiva dos autores acerca dessa etapa do projeto.

- (A) Recomenda-se defini-lo em relação às demandas que os alunos propõem, levando em conta uma organização curricular baseada nos interesses dos estudantes.
- (B) É prerrogativa da supervisão escolar, cuja perspectiva ampliada permite a identificação e a proposição de temas adequados a cada faixa etária e ciclo de escolarização.
- (C) Deve-se evitar a conexão entre os projetos novos e os anteriores, de modo a preservar o caráter de surpresa e novidade para os estudantes.
- (D) Os temas dos projetos devem opor-se ao currículo oficial, pois, caso fossem vinculados a ele, seriam incapazes de engajar os estudantes.
- (E) O professor deve escolher temas sobre assuntos que as crianças não conhecem, mas apresentá-lo de tal modo que elas sintam ter participado da decisão.

14. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) descrevem um processo conjunto desenvolvido entre uma rede municipal de ensino e uma universidade federal. Nele, a comunidade acadêmica oferecia ajuda aos professores da rede, que voluntariamente compartilhavam problemas relacionados à inclusão escolar que poderiam ser trabalhados coletivamente. As autoras descrevem esse processo como um intercâmbio entre quem ajuda e quem é ajudado, de modo que o professor está a todo momento livre para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas durante a atividade.

Esse relato apresenta um exemplo do que as autoras denominam

- (A) supervisão escolar.
- (B) ensino mútuo.
- (C) consultoria colaborativa.
- (D) observação não participante.
- (E) pesquisa amostral.

15. Paulilo (2017), ao debater o fracasso escolar, mobiliza a perspectiva do importante educador e político brasileiro Anísio Teixeira.

Segundo o autor, Teixeira defende que a reprovação é um indicador de

- (A) qualidade do ensino, já que a escola tem o dever de selecionar os estudantes mais capazes, com base em parâmetros de alto desempenho.
- (B) falha da instituição e do sistema escolar, já que a escola tem o dever de ensinar a todos e assegurar o preparo para a vida comum dos cidadãos.
- (C) desestruturação familiar, já que o aluno oriundo de contextos disfuncionais apresenta déficits em sua performance acadêmica.
- (D) fatores individuais, já que a escola oferece as mesmas oportunidades a todos e deve evidenciar as limitações próprias de cada aluno.
- (E) justiça meritocrática, já que a escola deve efetivamente pautar a progressão escolar no esforço e nos resultados objetivos apresentados.

16. Entre as características dos multiletramentos que Rojo (2012) apresenta como unânimes para os estudos do campo, está o fato de os multiletramentos

- (A) seguirem a lógica de propriedade e o respeito à autoria, em conformidade com as relações de poder estabelecidas.
- (B) apresentarem-se como estáticos e unilaterais, devido ao afastamento gerado pelas tecnologias de comunicação contemporâneas.
- (C) favorecerem uma interação crescentemente competitiva perante o individualismo das sociedades capitalistas.
- (D) dependerem da distribuição controlada da informação, no que as mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, são protagonistas.
- (E) serem híbridos, fronteiros e mestiços no que diz respeito às linguagens, aos modos, às mídias e às culturas.

17. Hoffmann (2011) afirma a existência de uma “dicotomia educação e avaliação”. Na perspectiva da autora, essa dicotomia é

- (A) uma conquista dos movimentos educacionais progressistas, pautados em evidências científicas.
- (B) uma consequência da crescente influência do construtivismo sobre as práticas escolares.
- (C) um avanço da cultura escolar, enquanto consciência da necessidade de objetividade nos processos avaliativos.
- (D) uma falácia, pois toda ação educativa deve ser constantemente avaliada pelo professor.
- (E) um erro analítico, ao tratar esses dois termos equivalentes como fenômenos distintos.

18. Diante da multiplicidade de interpretações sobre o conceito de currículo, Silva (2016) resgata as contribuições de Sacristán para delimitá-lo como a expressão da função socializadora e cultural da escola.

Para Sacristán, segundo o autor, o desenvolvimento de currículos escolares é

- (A) uma prerrogativa exclusiva da escola e de seus agentes.
- (B) uma produção que ocorre no âmbito político.
- (C) um produto técnico que, como tal, deve ser ideologicamente isento.
- (D) uma tradução das necessidades individuais de cada aluno.
- (E) um processo normativo centralizado nas instâncias reguladoras.

19. A partir de sua compreensão sobre os saberes docentes e a formação profissional de professores, Tardif (2012) defende o que denomina “epistemologia da prática profissional”.

Trata-se de uma perspectiva a respeito da docência que implica o estudo do conjunto

- (A) dos saberes realmente utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.
- (B) dos conceitos e das teorias científicas, que determinam a atuação dos professores, tornando-a abstrata e artificial.
- (C) dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ou seja, professores e estudantes.
- (D) das regras de atuação externamente impostas ao professor, seja pela unidade escolar em que trabalha, seja pelo Estado.
- (E) dos movimentos pedagógicos historicamente predominantes, desde o ensino tradicional até o construtivismo e a neurociência.

20. Veiga (2009) afirma que o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP)

- (A) acaba sendo extinto quando se adota uma perspectiva efetivamente democrática.
- (B) é uma atribuição específica dos supervisores de ensino e das secretarias de educação.
- (C) deve ser preferencialmente exercido por agentes externos ao corpo gestor da escola.
- (D) cabe aos responsáveis pela coordenação pedagógica e pela orientação educacional.
- (E) tende a ter maior qualidade técnico-política quando exercido por consultores especializados.

21. Entre as diretrizes relacionadas a sequências de ensino-aprendizagem dentro do paradigma das competências, Zabala e Arnau (2020) defendem que as atividades partam de situações significativas e funcionais.

Para os autores, isso se deve ao caráter

- (A) episódico do ensino de competências, possibilitando que ele integre a metodologia pedagógica especificamente quando for desejável maior motivação estudantil.
- (B) disciplinar do ensino de competências, possibilitando que estas emergam preferencialmente do domínio factual dos saberes de cada campo de conhecimento.
- (C) procedimental do ensino de competências, possibilitando que um procedimento possa ser aprendido junto à capacidade de usá-lo quando necessário.
- (D) abstrato do ensino de competências, possibilitando que o trabalho a ser realizado seja flexível e evitando a delimitação objetiva do objeto de estudo.
- (E) simplificado do ensino de competências, possibilitando que todos os estudantes alcancem os resultados previstos a partir das soluções transmitidas pelo professor.

22. O conceito piagetiano de “pensamento egocêntrico”, conforme exposto por La Taille (in La Taille; Oliveira; Dantas, 1992), define-se

- (A) pela capacidade da criança de manter, ao longo de uma conversa, a coerência de suas definições e afirmações.
- (B) pela tendência de crianças pequenas de elegerem o ponto de vista próprio como absoluto.
- (C) por uma hipertrofia do “eu” e, portanto, por um comportamento autonomamente regulado.
- (D) por um traço patológico de personalidade, sendo verificável em indivíduos incapazes de sentir empatia.
- (E) pela capacidade da criança de aplicar a si própria as regras que regulam o comportamento do outro.

23. Em relação às políticas avaliativas, o Decreto nº 12.686/2025, em seu art. 4º, assume como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva assegurar

- (A) a isonomia nas avaliações, por meio de instrumentos padronizados para todos os estudantes.
- (B) a dispensa das avaliações a estudantes acolhidos pelo Atendimento Educacional Especializado, exceto quando optarem pelo contrário.
- (C) a garantia de adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.
- (D) a priorização de testes objetivos como instrumento de avaliação do público-alvo da Educação Especial.
- (E) a concessão obrigatória de pontuação extra aos alunos com deficiência, proporcionalmente às barreiras impostas por cada caso.

24. Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 01/2012), é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos articula-se a diferentes dimensões, entre as quais está o fortalecimento de práticas que envolvem

- (A) o reconhecimento das desigualdades como fator inevitável na globalização.
- (B) a predileção pelo conceito de igualdade em lugar do de equidade social.
- (C) a redução da diversidade, por ser produto de discriminações sociais.
- (D) a reparação das diferentes formas de violação de direitos.
- (E) o florescimento de uma civilização mais homogênea e, portanto, tolerante.

25. A indisciplina de crianças e adolescentes pode ser um desafio tanto dentro quanto fora da escola.

Em suas ações diante desse contexto, educadores devem respeitar as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que, em seu art. 17, estabelece

- (A) a prerrogativa exclusiva dos pais no uso do constrangimento como sanção perante ao comportamento inadequado.
- (B) o dever de observância da proporcionalidade no uso da violência como forma de correção da indisciplina.
- (C) o controle adulto sobre imagem, identidade, espaços e objetos pessoais das crianças, devido à carência de autonomia na infância.
- (D) a proibição de repreensão da criança e do adolescente por parte de adultos, por quaisquer que sejam os meios.
- (E) o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Para Lavelberg, em 1599, no Brasil, funcionavam as casas do bê-á-bá, nas quais ler e escrever era importante para a prática da fé cristã e conversão das crianças dos povos indígenas.

Segundo a autora, no período, do ponto de vista do ensino artístico, se praticava

- (A) o desenho e a pintura.
- (B) a dança e o desenho.
- (C) o teatro e a música.
- (D) a música e a dança.
- (E) a pintura e a música.

27. Leia o excerto a seguir:

Em arte, a cópia de modelos e o treino de habilidades eram duas orientações reiteradas. O ensino do desenho em modalidades técnicas e artísticas regiu as orientações propostas. Os métodos de ensino em arte aproximavam-se da orientação acadêmica, o domínio técnico em si era mais importante do que a expressão artística, o virtuosismo distanciava o aprendiz de um possível plano espontâneo ou pessoal em suas efetuações. Nas escolas secundárias, o retrato e a cópia eram recorrentes, principalmente de estampas.

(R. Lavelberg, *Arte/educação modernista e pós-modernista: fluxos*, 2015. Adaptado)

Segundo a autora, essa descrição caracterizava o ensino de arte no Brasil, proposto

- (A) nas oficinas de arte barroca no século XVIII.
- (B) pela Missão Francesa.
- (C) no Instituto de Arte Contemporânea do MASP.
- (D) nos Liceus de Arte e Ofícios.
- (E) nas Escolinhas de Arte do Brasil.

28. Para Barbosa (2018/2019), Noêmia Varela, criadora da Escolinha de Arte do Recife e posteriormente diretora técnica da Escolinha de Arte do Brasil, através dos Cursos Intensivos de Arte Educação que organizava no Rio, foi a grande influenciadora do Ensino da Arte enfatizando um aspecto que caracterizou o Modernismo em Arte Educação.

Para a autora, esse aspecto que caracterizou o Modernismo em Arte Educação foi

- (A) o aprendizado de técnicas artísticas.
- (B) a introdução de elementos teóricos da Estética.
- (C) o exercício da leitura da obra de arte.
- (D) o estudo da história da arte.
- (E) o desenvolvimento da criatividade.

29. Leia o excerto a seguir:

No Brasil, a Pós-Modernidade em Arte-Educação caracterizou-se pela entrada da imagem, sua decodificação e interpretações na sala de aula junto com a já conquistada expressividade e também pela relação estabelecida entre o erudito e o popular, a arte local e a arte internacional e pela atenção ao contexto por mais marginal que ele fosse.

(A.M. Barbosa, *Ensino do desenho e da arte no Brasil*, 2018/2019)

Segundo a autora, as condições estéticas e culturais da pós-modernidade possibilitou a sistematização

- (A) do ensino-aprendizagem para a originalidade.
- (B) da Proposta Triangular.
- (C) do ensino tecnicista.
- (D) da proposta das Escuelas al Aire Libre.
- (E) da pedagogia ativa em arte.

30. Para Lavelberg (2015), autores pós-modernistas pesquisaram sobre o desenvolvimento da compreensão estética da criança e do jovem, pontuando as transformações na capacidade de leitura de imagens da arte ao longo da experiência com essa prática, sabendo que as oportunidades educativas interferem na aquisição de saberes sobre arte.

Os níveis de desenvolvimento de compreensão estética denominados Narrativo, Construtivo, Classificatório, Interpretativo e Re-criativo foram elaborados por qual autor?

- (A) Rosa Lavelberg.
- (B) Anamelia Bueno Buoro.
- (C) Abigail Housen.
- (D) Griselda Pollock.
- (E) Ana Mae Barbosa.

31. Para Lavelberg, compreender a origem do DBAE, desenvolvido nos Estados Unidos, nos ajuda a situar a passagem da arte-educação moderna à contemporânea. Segundo a autora, o *Discipline-Based Art Education* (DBAE) tem origem em autores dos anos 1960 que desconstruíram o pensamento das duas décadas anteriores.

Para a autora, um autor importante nessa passagem de um momento e abordagem para outro, que foi discutido, criticado e muito utilizado no Brasil, foi

- (A) Michael Parsons.
- (B) Robert W. Ott.
- (C) Viktor Lowenfeld.
- (D) Edmund Feldman.
- (E) Brent Wilson.

32. Leia o excerto a seguir:

O objetivo central é que o praticante assuma sua função como protagonista, no teatro e na sociedade. Para alcançar esse objetivo, o sistema propõe três premissas: primeira: é preciso estimular a cultura e a arte próprias de cada grupo social; segunda: todas as formas de criação artística enriquecem a sensibilidade e a inteligência, e se congregam no teatro; e terceira: é necessário um plano de conversão do espectador em ator, isto é, do consumidor passivo em produtor de arte.

(I. D. Koudela, J. S. Almeida Júnior, *Léxico de pedagogia do teatro*, 2015. Adaptado)

A descrição corresponde às premissas do

- (A) Teatro Épico.
- (B) Teatro de Figuras Alegóricas.
- (C) Teatro-Educação.
- (D) Teatro do Oprimido.
- (E) Teatro-Esporte.

33. Leia o excerto a seguir:

(...) foram desenvolvidos como uma metodologia com o fito de ensinar a linguagem artística do teatro a crianças, jovens e atores interessados no teatro improvisacional. Através do processo de jogos e da solução de problemas de atuação, as habilidades, a disciplina e as convenções do teatro podem ser aprendidas. São ao mesmo tempo atividades lúdicas e exercícios teatrais que formam a base para uma abordagem alternativa de ensino e aprendizagem.

(I. D. Koudela, J. S. Almeida Júnior, *Léxico de pedagogia do teatro*, 2015. Adaptado)

O descritivo apresenta:

- (A) o Método de Ações Físicas, de Constantin Stanislavski.
- (B) a Biomecânica, de Vsevolod Meyerhold.
- (C) o Teatro Épico, de Bertolt Brecht.
- (D) o Método ludopedagógico de ensino do teatro, de Ricardo Japiassu.
- (E) o Sistema de Jogos Teatrais, de Viola Spolin.

34. Em 1967 estreia *O Rei da Vela*, pelo Teatro Oficina. Segundo Koudela & Almeida (2015), o espetáculo utilizava-se da tradição popular do teatro, como a revista musical e a comédia de costumes, valorizando a paródia, a sátira, o grotesco e farsesco.

A direção do espetáculo ficou a cargo de

- (A) José Celso Martinez Corrêa.
- (B) Gianfrancesco Guarnieri.
- (C) Bia Lessa.
- (D) Daniela Thomas.
- (E) Felipe Hirsch.

35. Surgido nos anos 1970, seu ideário baseia-se na defesa de uma identidade cultural monolítica, calcada nas raízes populares do Brasil e, particularmente, do Nordeste, almejando criar uma Arte brasileira erudita e, ao mesmo tempo, mostrando uma “imagem positiva” da cultura brasileira.

Segundo Koudela & Almeida (2015), o movimento descrito é o

- (A) Mangubeat.
- (B) Neoconcretismo.
- (C) Centro Popular de Cultura da UNE.
- (D) Movimento Armorial.
- (E) Tropicalismo.

36. Observe a imagem e o excerto a seguir:



Moema, 1866. Museu de Arte de São Paulo
“Assis Chateaubriand”.

(Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/moema>)

Em Moema, exposta em 1866 e adquirida pelo imperador D. Pedro II, foi reformulado, em termos nacionais, um dos grandes gêneros da tradição europeia: a paisagem histórica. Graças ao seu exemplo, esse gênero, que permitia a união do indianismo ao romance sentimental e ao erotismo por meio da imagem feminina, tornou-se característico da pintura brasileira durante toda a segunda metade do século.

(F. W. Barcinski, *Sobre a arte brasileira da Pré-História aos anos 1960*, 2015. Adaptado)

A pintura é de autoria de

- (A) Pedro Américo.
- (B) Almeida Júnior.
- (C) Victor Meirelles.
- (D) Georgina de Albuquerque.
- (E) Tarsila do Amaral.

37. Segundo Barcinski (2015), em 1917 uma polêmica vai configurar o grupo modernista, que depois vai organizar a Semana de Arte Moderna de 1922: uma exposição de arte de arte moderna de abordagem expressionista foi desqualificada por um escritor e crítico em artigo publicado originalmente em 20 de dezembro de 1917, no jornal O Estado de S. Paulo, com o título *A propósito da exposição Malfatti*. Posteriormente, em 1919, foi republicado na coletânea “Ideias de Jeca Tatu”, passando a circular com o título pelo qual se tornou mais conhecido: “Paranoia ou Mistificação?”.

Para a autora, esse acontecimento vai promover a união dos artistas e autores modernistas na reivindicação de uma plataforma específica de atuação.

São, respectivamente, artista e escritor:

- (A) Di Cavalcanti e Oswald de Andrade.
- (B) Vicente do Rego Monteiro e Menotti Del Picchia.
- (C) Tarsila do Amaral e Graça Aranha.
- (D) Victor Brecheret e Guilherme de Almeida.
- (E) Anita Malfatti e Monteiro Lobato.

38. Para Barcinski (2015), durante os anos 1930, analisar a “realidade brasileira”, no campo cultural e artístico, tornou-se tema obrigatório, presente em várias obras do período, como no álbum *A realidade brasileira*, de Di Cavalcanti (1931), ou nas telas *Operários* e *Vagão de segunda classe*, de Tarsila do Amaral. Nessa mesma chave interpretativa, a autora indica Lasar Segall como um pintor emblemático dos rumos desejados para a arte brasileira.

Segundo a autora, e a partir de sua formulação, os críticos daquele momento consideravam qual linguagem artística a mais apta a cristalizar uma forma nacional, moderna e comprometida com a representação dos dramas humanos, sociais e políticos?

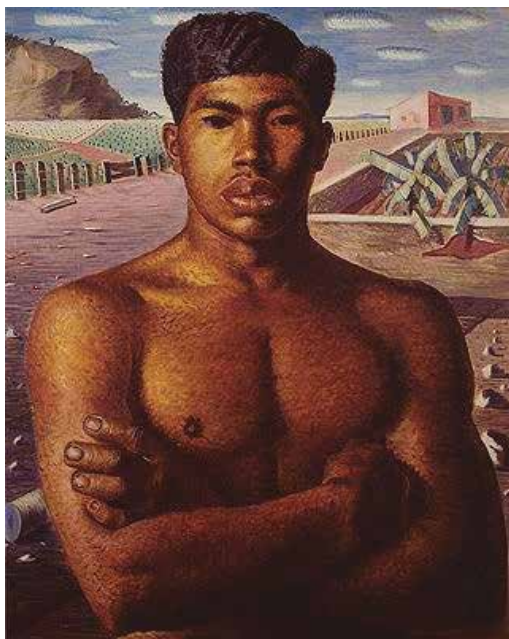
- (A) Cubismo.
- (B) Futurismo.
- (C) Dadá.
- (D) Construtivismo.
- (E) Expressionismo.

39. Para Barcinski (2015), a partir do Estado Novo, considera-se o estabelecimento de um cânone nacional incontestável e exportado como “imagem do país”. Verificável pelo edifício do Ministério da Educação e Saúde, em que se firma um conjunto de nomes na arquitetura e nas artes plásticas, sucede-se o Conjunto da Pampulha (1942-43), que consagra em definitivo Oscar Niemeyer como o expoente da arquitetura, e Portinari, da pintura brasileira. Nos anos seguintes, outras encomendas de destaque seguem-se, como o Parque do Ibirapuera, em São Paulo, inaugurado em 1954, e, em momento posterior, Brasília (1956-60).

Qual é esse cânone?

- (A) Art Nouveau.
- (B) Neoclassicismo.
- (C) Concretismo.
- (D) Neoconcretismo.
- (E) Modernismo.

40. Observe a imagem a seguir:



Mestiço, 1934. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo

(Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83758-mestico>)

A obra *Mestiço*, de 1934, é de autoria de

- (A) Vicente do Rego Monteiro.
- (B) Tarsila do Amaral.
- (C) Candido Portinari.
- (D) Di Cavalcanti.
- (E) Lasar Segall.

41. Observe a imagem a seguir:



Formas, 1951. Museu de Arte Contemporânea da USP

(Disponível em: <https://acervo.mac.usp.br/acervo/index.php/Detail/objects/17376>)

Considerada um ícone concretista, a obra *Formas*, de 1951, é de autoria de

- (A) Ivan Serpa.
- (B) Lygia Pape.
- (C) Waldemar Cordeiro.
- (D) Max Bill.
- (E) Geraldo de Barros.

42. Observe a imagem e o excerto a seguir:



(Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>)

A imagem mostra um instrumento de percussão indígena de formato globular, chocalho geralmente feito de cabaça, carapaça de tartaruga, ovos de ema etc., contendo em seu interior sementes diversas ou até pedrinhas. Encontrado também em vários países da América Latina.

(B. Almeida, *Encontros musicais: pensar e fazer música na sala de aula*, 2011. Adaptado)

Trata-se:

- (A) do caxixi.
- (B) do afoxé.
- (C) do agogô.
- (D) da maracá.
- (E) da marimba.

43. Segundo Almeida (2011), a palavra deriva do grego e significa algo que se move, que flui. Para a autora, em música, está relacionada à combinação de durações e intensidades diferentes de determinadas séries de sons. A definição indica

- (A) a altura.
- (B) o ritmo.
- (C) o cânone.
- (D) o timbre.
- (E) a melodia.

44. Observe a imagem a seguir:



(Disponível em: <https://www.paparcosecia.com.br/musi-4752-instrumento-musical-clave-rumba>)

O pau de rumba, também conhecido como clava, é um instrumento de percussão rítmica, que consiste em um par de bastões de madeira usados para marcar o tempo.

Segundo Almeida (2011), a classificação dos instrumentos que os organiza pela forma pela qual os sons são produzidos, indica que a clava é um

- (A) idiofone.
- (B) membranofone.
- (C) cordofone.
- (D) aerofone.
- (E) eletrofone.

45. Para Fonterrada (2008), o procedimento básico desse método é ensinar à criança uma coisa de cada vez, progressivamente. As crianças são submetidas a intenso estímulo auditivo; ouvem muitas vezes a gravação que acompanha o livro de exercícios. Neste método, as crianças tocam de cor.

(M. Fonterrada, *De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação*, 2008. Adaptado)

O tipo de prática descrito caracteriza a metodologia ativa de

- (A) Carl Orff.
- (B) Zoltan Kodály.
- (C) Hans-Joachim Koellreutter.
- (D) Edgar Willems.
- (E) Shinichi Suzuki.

46. Segundo Koudela & Almeida Jr (2015), aquilo a que Laban chamou “dança livre” ou “dança educacional/educativa” se propunha trabalhar as atitudes internas dos dançarinos por meio de um denominador comum.

Qual seria esse denominador comum, segundo a autora?

- (A) O padrão dos corpos humanos, já que todas as pessoas, homens, mulheres, crianças e adolescentes teriam um corpo semelhante.
- (B) A capacidade de treinamento técnico que poderia transformar qualquer corpo em um corpo preparado para dançar.
- (C) O movimento que está presente em todas as danças e em todos os momentos de vida cotidiana.
- (D) O balé clássico como base para todas as danças e que forneceria padrões técnicos e corporais alcançáveis por qualquer interessado.
- (E) O talento para dançar que caracterizaria todas as culturas, em diversos lugares e tempos variados.

47. O fundamento que compreende o ensino e aprendizado das estruturas que formam a dança: as dinâmicas corporais, o espaço e o corpo que dança, é denominado por R. Laban como

- (A) Labanotation.
- (B) Coreografia.
- (C) Coreologia.
- (D) Consciência Espacial.
- (E) Dança do Acaso.

48. Durante os anos 1960, esse artista lançava a pintura para o espaço. A cor, elemento essencial da pintura, precisava ser libertada não só da função representativa, mas também do plano bidimensional. O que realizou entre 1959 e 1964 procurou um novo corpo para a cor, a superação do quadro.

Segundo Barcinski (2015), esse artista é

- (A) Nelson Leirner.
- (B) Jorge Guinle.
- (C) Helio Oiticica.
- (D) Ivald Granato.
- (E) Iberê Camargo.

49. Para Barbosa (2022), este movimento foi ridicularizado pelo exagero que atingiu, transformando-o em orgulho excessivo, desmedido, ufanismo com intenções de congelamento de posições de opressor e oprimido na sociedade e instrumento político de direita (...). Artistas e professores que operavam o equilíbrio multicultural como Theodoro Braga (1872- 1953) e Manoel Pastana (1888-1984) foram relegados ao ostracismo. Defenderam a adesão à linguagem internacional, mas os temas escolhidos eram ligados à nossa flora e fauna e os textos analisavam nossa cultura não a celebravam gratuitamente.

(A. M. Barbosa, *Lutas pela decolonização da arte e da educação*, 2022. Adaptado)

A autora denominou essa vertente da crítica descolonial/decolonial histórica no Brasil, de

- (A) Antropofagia e Concretismo.
- (B) Realismo e Naturalismo.
- (C) Romantismo e Simbolismo.
- (D) Regionalismo e Neoconcretismo.
- (E) Indianismo e nacionalismo.

50. Na revisão dos processos descolonizadores/decolonizadores no Brasil, Barbosa (2022) analisa o modernismo em São Paulo, que enfocava menos os públicos e mais a perspectiva dos artistas. Segundo a autora, no entanto, esse mesmo movimento, no campo do ensino da Arte, promoveu o Movimento de Educação Expressionista, defendido e liderado por

- (A) Monteiro Lobato e Zina Aita.
- (B) Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral.
- (C) Mario de Andrade e Anita Malfatti.
- (D) John Graz e Regina Gomide Graz.
- (E) Oswald de Andrade e Patrícia Galvão.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Mais de 30 anos após a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Brasil adapta a legislação a um novo contexto histórico: a vida digital. Com impactos diretos para escolas, famílias e o cotidiano de crianças e adolescentes, o ECA Digital inaugura um novo marco na regulação das plataformas e na proteção de direitos no ambiente online.

Essa atualização se tornou necessária porque o uso da internet por crianças e adolescentes cresceu muito. Segundo a edição de 2024 da pesquisa TIC Kids Online Brasil, 83% das crianças e adolescentes que usam a internet no país já têm contas em plataformas como WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube, mesmo quando esses serviços não são pensados especificamente para esse público.

(Ana Luísa D'Maschio. *O que é o ECA Digital e como ele impacta o cotidiano escolar*. Disponível em: <https://porvir.org>, 20.01.2026. Adaptado)

TEXTO 2



(Fred Santana. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br>, 17.03.2026. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei nº 15.211, mais conhecida como ECA Digital, já está valendo. Entretanto, as *big techs* ainda corriam para adotar as medidas mais elementares previstas na legislação na véspera de sua vigência. Segundo a avaliação de especialistas, as iniciativas das empresas de tecnologia representavam apenas uma ínfima parte de tudo o que elas ainda precisavam fazer. Não será fácil: as mudanças impostas pelo ECA Digital enfrentam forte resistência das companhias estrangeiras, haja vista que impactam seu modelo de negócios. É evidente que as plataformas precisam estruturar ambientes mais seguros. Mas existe uma linha tênue entre o que cabe a elas e o que deve ser acompanhado pelos pais. Ferramentas de supervisão parental, como vincular a conta do filho a um responsável, já são realidade em alguns serviços, mas ainda inexistentes em outros.

O ponto é que, sem o acompanhamento ativo da família, qualquer sistema acaba falhando. A plataforma pode impedir anúncios direcionados ou bloquear certos conteúdos, mas dificilmente conseguirá substituir o papel de supervisão que cabe aos pais. O risco é que, ao transferirmos totalmente essa responsabilidade para empresas de tecnologia, acabemos criando uma sensação de falsa segurança.

(Estadão. *O ECA Digital começa mal*. Disponível em: www.estadao.com.br, 19.03.2026. Adaptado)

TEXTO 4

Especialistas já apontam fragilidades no novo ECA Digital. Há quem veja excesso de transferência de responsabilidade às famílias, como se pais e mães, sozinhos, pudessem enfrentar plataformas bilionárias movidas por um lucro inescrupuloso, alimentado justamente pela exposição precoce e pelo engajamento tóxico. Outros alertam para a timidez das sanções, a vagueza de conceitos e a ausência de mecanismos claros e eficientes de fiscalização. Protege-se a infância no discurso, mas preserva-se, na prática, a inércia estatal e o conforto econômico de quem lucra com o risco. Leis não fracassam sozinhas: fracassam quando o Estado não fiscaliza, não pune e não educa.

(Oscar Bessi. *ECA Digital: uma nova "Lei Maria da Penha", ótima sem mudar nada?* Disponível em: www.correiodopovo.com.br, 11.02.2026. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DESAFIOS DO ECA DIGITAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

